

A PERSEGUIÇÃO AO MILITANTE DA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR) JOÃO CARLOS BONA GARCIA NO BRASIL E NO CHILE: O TERROR SEM FRONTEIRAS

THE PERSECUTION OF THE MILITANT JOÃO CARLOS BONA GARCIA OF POPULAR REVOLUTIONARY VANGUARD (VPR) IN BRAZIL AND CHILE: THE TERROR WITHOUT BORDERS

Cristiane Medianeira Ávila Dias¹

Resumo: O artigo analisa a trajetória de João Carlos Bona Garcia na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a perseguição que sofreu no Brasil e no Chile, países que passaram por golpes em 1964 e 1973, respectivamente. Assim, ele foi preso e torturado no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Porto Alegre e libertado em 1971, quando partiu para o Chile junto com outros 69 presos políticos trocados pelo embaixador suíço sequestrado pela VPR. No Chile, participou do governo do presidente socialista Salvador Allende até ele ser deposto em 1973. Os golpes em ambos os países, mesmo que guardando particularidades entre si, marcaram o início de uma fase em que os órgãos de segurança utilizaram métodos violentos para deter e imobilizar indivíduos considerados “inimigos internos”, que caracterizaram a aplicação do terrorismo de Estado (TDE).

Palavras-chave: João Carlos Bona Garcia, Brasil, Chile, Terror de Estado.

Abstract: The paper analyzes the history of João Carlos Garcia Bona in Popular Revolutionary Vanguard (VPR) and the persecution suffered in Brazil and Chile, countries that have experienced coups in 1964 and 1973, respectively. Thus, he was imprisoned and tortured at the Department of Political and Social Order (DOPS) in Porto Alegre and released in 1971, when went to Chile along with 69 other political prisoners exchanged by the Swiss ambassador kidnapped by VPR. In Chile, took part in the government of the socialist President Salvador Allende until he was deposed in 1973. The coups in those countries, even keeping particularities among themselves, marked the beginning of a phase where security agencies have used violent methods to stop and immobilize individuals considered “internal enemies” that characterized the application of the terrorism of state (TDE).

Keywords: João Carlos Bona Garcia, Brazil, Chile, Terror of State.

INTRODUÇÃO

O artigo objetiva analisar a trajetória do João Carlos Bona Garcia, que destacou-se no Rio Grande do Sul como militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), uma organização de esquerda que optou por

lutar contra a ditadura civil-militar, vigente no Brasil desde 1964, pela via armada. Em razão de suas atividades políticas, Bona Garcia foi perseguido, preso e torturado pelos policiais do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Porto Alegre, sendo libertado somente em 1971, quando

¹Mestre em História Regional – Universidade de Passo Fundo (UPF). Email: cristiane-historia@hotmail.com

A PERSEGUIÇÃO AO MILITANTE DA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR) JOÃO CARLOS BONA GARCIA NO BRASIL E NO CHILE: O TERROR SEM FRONTEIRAS

foi trocado com mais sessenta e nove presos políticos brasileiros pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado no ano anterior pela VPR e partiu para o exílio no Chile. Assim, com o intuito de alcançar os objetivos a que se propõe o artigo será utilizado o livro de memórias do ex-militante, *Verás que um filho teu não foge à luta*².

A utilização das memórias de João Carlos Bona Garcia como fonte histórica considerou que as suas lembranças estão ligadas a posição que ocupa no tempo presente e, por essa razão, não serão avaliadas como conhecimento absoluto ou únicas detentoras da verdade, mas como uma ferramenta metodológica que, utilizada junto com outras fontes, podem aproximar o conhecimento histórico da realidade. Em razão disso, serão utilizados também documentos produzidos na Secretaria de Ordem Política e Social (SOPS), sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, informações pertinentes ao tema publicadas no *Jornal do Brasil*, disponível na Fundación Documentacion y Archivo de La Vicaria de La Solidaridad, localizada em Santiago, Chile, o Informe de La Comision Nacional de Verdad y Reconciliacion e o Programa de La Unidad Popular (UP), disponíveis em sítios virtuais citados ao longo do artigo.

A memória de Bona Gracia ressalta um período definido historicamente como tempo presente, cuja problemática central está relacionada ao fato de que os atores sociais envolvidos no processo abordado e o próprio pesquisador estão imersos na mesma perspectiva histórica, devido à proximidade temporal entre o sujeito e o objeto, o que

poderia comprometer, segundo determinadas avaliações historiográficas, o desenvolvimento da pesquisa. No entanto, para historiadores como Eric Hobsbawn, que definia a si mesmo como um “historiador do seu tempo”, a pesquisa sobre o período em que vivemos não é inviável quando o pesquisador avalia com clareza e objetividade que suas experiências, mesmo inseridas no contexto da história contemporânea, continuam sendo dele, pois “todo o historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo”. Desse modo, é desse “poleiro particular” que o historiador deve enxergar o objeto de sua investigação, utilizando para isso a metodologia, o referencial adequado e mantendo os mesmos cuidados e critérios que utilizaria em uma pesquisa que abordasse outros tempos que não o presente.³

Além disso, a utilização de testemunhos tem importância fundamental para as temáticas que envolvem o tempo presente, porque através dessas contribuições o pesquisador consegue avaliar o lugar ocupado pela memória nas disputas entre grupos políticos antagônicos. No caso das memórias de atores sociais que estiveram envolvidos com o período em que vigoraram ditaduras civis-militares no Brasil, Chile e em outros países latino-americanos, a sua abordagem cresceu de importância nos últimos anos, na medida em que se percebeu, por parte de pessoas que estiveram ligadas direta ou indiretamente a esses regimes, uma tentativa de apagamento dessas lembranças.⁴ Assim, ao mesmo

² GARCIA, João Carlos Bona; POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge a luta*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989. 271 p.

³ HOBBSAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 244.

⁴ PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: 1964-1985. História e Memória*. Vol.3. Porto Alegre: Corag, 2009.

tempo, que um grupo luta para que a memória dessa fase seja esquecida, outro grupo luta para que isso não ocorra, como é o caso de João Carlos Bona Garcia, que resolveu compartilhar suas lembranças num livro de memórias.

Desse modo, o artigo é um esforço inicial para entender como se desenvolveu a trajetória política de Bona Garcia a partir das rupturas ocasionadas pela repressão desferida contra ele e demais pessoas que se enquadrassem no conceito de “inimigo interno”, que norteou os golpes civis-militares no Brasil (1964) e no Chile (1973). Assim, as ações políticas do ex-militante iniciaram no Movimento Estudantil e no Partido Comunista Operário (POC) na cidade de Passo Fundo, mas o artigo abordará de forma prioritária as suas atividades na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em Porto Alegre e no Chile, país em que ele permaneceu exilado de 1971 até 1973.

A VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR)

A fundação da VPR e de outras organizações durante a década de 1960 se ligaram a perda da hegemonia do Partido Comunista Brasileiro (PCB) sobre a esquerda brasileira. A cisão ocorreu porque parte de seus militantes estavam descontentes com o quê avaliaram como imobilismo político do partido e resolveram se desligar dele para formar, entre outros, a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Nesse contexto, a POLOP foi composta principalmente por jovens intelectuais e sua maior força ficou restrita ao ambiente universitário e a produção teórica, sem conseguir penetração nos movimentos de massa. Os militantes da organização

adotavam uma posição crítica em relação às Reformas de Base⁵, consideradas um projeto de caráter reformista e por essa razão não fizeram parte da frente de esquerda que apoiava o João Goulart, ao mesmo tempo em que defendiam a criação de uma coalizão formada apenas por representantes da classe operária.⁶

No entanto, as atividades políticas desenvolvidas pela POLOP e outras organizações de esquerda foram interrompidas com o golpe civil-militar de 1964, que derrubou o governo constitucionalista de João Goulart. O golpe resultou de uma coesão de forças, tanto civis como militares que tinha por finalidade garantir o poder desses grupos enquanto bloco hegemônico, a partir das ações realizadas pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). O complexo IPES/IBAD forneceu apoio material e fomentou o clima de agitação que propiciou o golpe, que não foi um evento político isolado, mas um movimento amplo, que reuniu vários setores com a finalidade comum de acabar com as contradições existentes na sociedade brasileira através da tomada do aparelho do Estado e estabeleceram uma nova relação de forças políticas no poder.⁷

Após o golpe, o governo militar decretou medidas que tinham por finalidade consolidar a ditadura, entre as quais estavam

⁵ As Reformas de Base era um projeto que compreendiam mudanças nos setores agrário, urbano, bancário, tributário, eleitoral e universitário brasileiro. (REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004, p.29-52, p.32.

⁶ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998, p.39.

⁷ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 419.

A PERSEGUIÇÃO AO MILITANTE DA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR) JOÃO CARLOS BONA GARCIA NO BRASIL E NO CHILE: O TERROR SEM FRONTEIRAS

à repressão aos movimentos sociais e a imposição de um pacote econômico que pretendia “ajustar” as finanças no país. No entanto, essas mudanças não foram suficientes para atender as demandas mais urgentes da população e o clima de insatisfação foi crescendo principalmente entre estudantes, trabalhadores, profissionais liberais, artistas e membros do clero. As mobilizações foram se intensificando até atingir o seu ápice em 1968, com a realização de um protesto, no mês de março, contra a morte do estudante Edson Luis Souto, atingido pela polícia ao participar de um movimento que reivindicava melhores condições na alimentação fornecida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em maio, ocorreram greves de trabalhadores, que reivindicavam melhorias salariais nas cidades de Osasco (SP) e Contagem (MG), as quais também se uniram ao movimento estudantil e, em junho, realizou-se a “Passeata dos Cem Mil”, que reuniu diversos setores da sociedade em protesto contra o governo.⁸

Os militares utilizaram a eclosão desses movimentos como justificativa para decretar o Ato Institucional nº5, AI-5, em dezembro de 1968, que restringiu ainda mais as liberdades políticas, pois forneceu ao executivo poder para cassar mandatos, demitir funcionários públicos e decretar o fechamento do Congresso Nacional. O ato, também, marcou uma nova fase de enfrentamento entre a ditadura e a esquerda, pois forneceu os subsídios que o governo militar necessitava para aperfeiçoar o aparelho repressivo estatal utilizado no combate às atividades dessas organizações.

Nessa fase, a repressão pôde atuar sem nenhuma restrição porque as pessoas suspeitas de envolvimento em ações políticas podiam ser presas sem a necessidade de uma acusação formal ou a expedição de um mandado judicial, que junto às medidas restritivas instauradas sobre o Judiciário provocaram “sérios abusos de poder e a tortura de presos políticos”, o que influenciou algumas organizações de esquerda a aderir à luta armada.⁹

No mês de decretação do AI-5, fundou-se oficialmente a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), constituída principalmente por ex-militares nacionalistas e militantes dissidentes da POLOP. O primeiro grupo liderado por Onofre Pinto havia tentado organizar sob a liderança de Leonel Brizola, o qual foi exilado no Uruguai, um movimento de oposição à ditadura conhecido como Movimento Nacional Revolucionário (MNR), que não teve êxito em suas atividades e foi desestruturado pelo ex-governador.¹⁰

O segundo grupo era formado por militantes que resolveram se desligar da POLOP por considerá-la uma organização de caráter excessivamente teórico e de pouca ação prática. Nessa época, a posição que prevaleceu na VPR foi àquela defendida pelo professor de Filosofia João Quartim, que salientava o caráter socialista da luta revolucionária e a necessidade de preparação imediata para a luta armada, sendo que os militantes contrários a essa posição, liderados por Ladislau Dowbor,

⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge AARÃO REIS, Daniel. *Revolução e democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 136.

¹⁰ ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p.56.

foram expulsos da organização.¹¹

Em São Paulo, a VPR ainda incorporou um terceiro grupo, formado principalmente por estudantes e operários, junto dos quais a organização deu início a expropriações e tinham por finalidade obter recursos para financiar a luta armada. As primeiras ações da VPR foram o roubo de onze fuzis do Hospital Militar do Cambuci e a explosão de uma bomba no alojamento de oficiais do II Exército, localizado no Ibirapuera, que ocasionou a morte de um soldado que trabalhava de sentinela no local e a morte de Charles Chandler¹², um agente da Central de Inteligência Americana (CIA) que fazia curso no país. Além disso, a VPR articulou um plano ousado, que previa a retirada pelo oficial Carlos Lamarca, recém-incorporado ao grupo, de um carregamento de armas do quartel onde ele servia. No entanto, a polícia descobriu o esquema e efetuou a prisão dos militantes que preparavam a ação, o que obrigou Carlos Lamarca a deixar o quartel antes da data planejada pela VPR.¹³

As ações da VPR comandadas pelo ex-capitão Lamarca chamaram a atenção dos órgãos de segurança ditatoriais fazendo com que os seus agentes intensificassem a perseguição desferida contra a organização, que resultou na prisão de vários militantes e no seu enfraquecimento geral. Na tentativa de reverter este quadro e obter mais força política, a VPR decidiu se unir ao Comando de Libertação Nacional (COLINA),

organização que atuava em Minas Gerais, para fundar a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, a VAR-Palmares (VAR-P). Contudo, a união entre os dois grupos durou um curto período de tempo, pois os seus militantes não resolveram as divergências internas e no mês de setembro de 1969, parte deles resgatou a antiga sigla da VPR, se unindo a militantes dissidentes do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, grupo que ficou de posse da maior parte dos recursos porque partiria imediatamente para a luta armada.¹⁴

AS AÇÕES DE JOÃO CARLOS BONA GARCIA NA VPR DO RIO GRANDE DO SUL

Neste período, Bona Garcia rompeu com o POC por considerar o grupo pouco apto no desenvolvimento de ações práticas e, através do militante Elvaristo Amaral, entrou para a VPR e ajudou a fundar o seu braço armado estadual, pois assim como no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a organização precisava ter os seus “aparelhos” no Rio Grande do Sul. O aparelho consistia num apartamento ou casa de fachada normal, que era alugado pela VPR para guardar material, realizar reuniões e para esconder os militantes perseguidos pela repressão. Assim, as ações armadas estaduais foram organizadas num apartamento localizado no bairro Petrópolis e se basearam em ações expropriatórias como o assalto realizado contra o caminhão da Ultragás e a agências bancárias situadas na região da grande Porto Alegre.¹⁵

De acordo com Bona Garcia, a opção pela luta armada não surgiu no contexto brasileiro, mas latino-americano, influenciada principalmente pela Revolução Cubana (1959) e depois pela marcha de

¹¹ ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p.56.

¹² O capitão norte-americano Charles Rodney Chandler era veterano da guerra do Vietnã. Bolsista de uma fundação dos Estados Unidos frequentava o curso de Sociologia e Política e, supostamente aprendia o idioma português para fins de ensino na Academia Militar de West Point. (...) Ao cair fulminado, Chandler trazia uma obra de doutrinação anticomunista. (GORENDER, 1998, p. 144).

¹³ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

¹⁴ ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

¹⁵ GARCIA; POSENATO, op. cit.

A PERSEGUIÇÃO AO MILITANTE DA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR) JOÃO CARLOS BONA GARCIA NO BRASIL E NO CHILE: O TERROR SEM FRONTEIRAS

Mao-Tsé Tung na China, vindo à tona durante a conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), realizada em Havana, Cuba, no ano de 1967. Entre os brasileiros que participaram do evento estava Carlos Marighella, que mais tarde voltaria ao país para fundar a Ação Libertadora Nacional (ALN), que também aderiu à luta armada. Na análise do ex-militante, a posição adotada pela VPR era de caráter militarista e não marxista, pois essas posições se diferenciavam quanto à ação, pois previam a transformação do sistema capitalista, que iria evoluir para o socialismo: “Nós achávamos que não era necessário esperar (...). O povo, não tendo nada a perder, porque explorado, sem liberdade, na miséria, iria participar desse processo armado até derrubar o governo”.¹⁶

Desse modo, a finalidade das ações armadas realizadas pela VPR era expropriar os bancos e debilitar o setor financeiro nacional, uma estratégia que mais tarde demonstrou ser ineficaz, visto que após a realização dos assaltos, os militantes ficavam visados pelos agentes da repressão e eram obrigados, por medida de segurança, a permanecerem confinados nos chamados “aparelhos”, o que inviabilizava a realização de atividades políticas junto à população. As ações expropriatórias fizeram com que a VPR se tornasse um grupo marginal à sociedade, na medida em que não conseguiu desenvolver trabalhos de conscientização nem vínculos com as massas: “O problema da luta armada foi a ideia romântica de expropriar um banco ou um carro pagador para financiar os focos (...), acabou fazendo a expropriação bancária pela própria expropriação bancária”.¹⁷

Neste contexto, Bona Garcia associou a tentativa mal sucedida de sequestro do cônsul americano Curtis Carly Cutter em abril de 1970, do qual não participou diretamente porque havia machucado um dos braços, como a principal causa do extermínio da luta armada no Rio Grande do Sul, porque após esse episódio foram enviados para o estado dois policiais especializados em torturar, que implantaram métodos de interrogatórios nos modelos do Rio de Janeiro e São Paulo. Os resultados da aplicação desses métodos não tardaram a aparecer sobre a VPR, pois em seguida ocorreu a prisão de dois militantes, o Félix Silveira da Rosa Neto e o Fernando da Mata Pimentel, que foram encontrados através de informações obtidas com a tortura de outros militantes. Na avaliação de Bona Garcia, ao ser preso o militante não deveria fornecer nenhum tipo de informação aos órgãos de segurança, porque enquanto os policiais tivessem interesse no que a pessoa poderia falar ela permanecia viva, pois caso contrário, a vítima ficava “dispensável”.¹⁸

Embora Bona Garcia tenha salientado que a perseguição às organizações armadas tornou-se mais intensa em abril, um documento produzido pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul no mês de fevereiro, ou seja, antes da tentativa do sequestro do embaixador, já alertava e orientava os delegados regionais a respeito do planejamento e execução de várias atividades “subversivas” em âmbito regional, entre as quais estavam assaltos a bancos, sequestros ou atentados contra altas autoridades e outras ações terroristas. Segundo a análise dos órgãos de segurança, as organizações de esquerda faziam um deslocamento de atividades subversivas para

¹⁶ Idem, p. 31.

¹⁷ Idem.

¹⁸ GARCIA; POSENATO, op. cit., p.41.

o sul do país, para montar um plano e desferir ações terroristas possivelmente no mês de maio, que seria antecedida por assaltos a bancos nas áreas próximas a Porto Alegre. A ação terrorista seria realizada por elementos de envergadura do movimento subversivo para criar impactos violentos, com sequestros e atentados a altas personalidades em visita ao Estado. A orientação era de que os delegados adotassem as seguintes medidas no combate a subversão:

Controlar em cada área e ao longo das rodovias, mediante severa fiscalização, a população flutuante, fazendo-se a identificação e triagem pelos órgãos de informação, após consultados, no caso de suspeitos; b) Operações do (tipo “varredura”) em área da capital e do interior onde haja suspeitos ou aglomerações de marginais, como medida preventiva e dissuasória (ação de presença); c) Difundir para fins de providências de policiamento às áreas mais sensíveis a assaltos que possam se concretizar a curto prazo; d) Aumentar, com perfeito entrosamento entre todas as forças, as medidas de segurança às autoridades, em particular, àquelas que nos visitam.¹⁹

Neste período, a VPR tornou-se conhecida por suas ações militares e pela atuação de Carlos Lamarca, assim os órgãos de segurança desferiam uma campanha violenta de repressão contra o grupo, como demonstrou um informe produzido na delegacia de Vacaria, em janeiro de 1970. O documento respondia a uma solicitação encaminhada pelo Diretório Central de Informações (DCI), localizado em Porto Alegre, no qual o delegado declarava que investigou de forma sigilosa a veracidade da

¹⁹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1._57.1.1, “Síntese de Ocorrências Suspeitas”, 17 de fevereiro de 1970.

informação que o ex-Capitão estaria naquela cidade, fato que não foi confirmado pela sua investigação.²⁰ Além disso, Lamarca foi citado no “diário de informações” produzido pela Secretaria de Segurança Pública que atentava para a presença dele no Estado e as providências que deveriam ser tomadas pelos delegados na realização de sua captura:

Fato-ocorrência de Informe: Foram recebidos de diversas localidades e fontes, informes constatando a presença do ex-capitão CARLOS LAMARCA no RGS. Fontes: Diversas. Local: Canoas, Camaquã, Hidrelétrica, etc. Classificação: INFES. Providência de Correlação: Em todas as oportunidades foram tomadas providências de ampliar o informe e localização, inclusive com estabelecimentos de barreiras e deslocamento de pessoal as áreas.²¹

O dossiê assinado pelo inspetor de polícia Jarbas Newton Pinto evidenciou a preocupação que os órgãos de segurança tinham com Lamarca, pois as cinco páginas do documento continham informações detalhadas sobre a trajetória do ex-capitão nas Forças Armadas e salientava a surpresa que havia sido para os seus colegas de farda tomar conhecimento de que ele era um elemento “comunista” e “terrorista”, sintetizada na seguinte frase: “*Poderia ser comunista aquele que era considerado “bom oficial” do 4º Regimento de Infantaria?*”. Na sequência do informe, o policial informava que os órgãos de

²⁰ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/ Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/LV-1.-.70.1.1, Responde às solicitações contidas no informe nº 396/69 do D.C.I, Vacaria, 03 de janeiro de 1970.

²¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.-.57.1.1, Diário de informações, 30 de janeiro de 1970.

A PERSEGUIÇÃO AO MILITANTE DA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR) JOÃO CARLOS BONA GARCIA NO BRASIL E NO CHILE: O TERROR SEM FRONTEIRAS

segurança lançaram uma caçada intensa para efetuar a sua prisão e reuniram pistas, indícios para averiguar qualquer boato nesse sentido e já havia definido o eixo Rio-São Paulo-Curitiba-Porto Alegre, como linha de operações do grupo de Lamarca. Verificou-se, assim, que os órgãos de segurança tinham interesse especial pelo ex-capitão, principalmente por ter sido um integrante das Forças Armadas que abandonou suas atividades no Exército para desenvolver ações numa organização de esquerda armada e acirrou a repressão desferida contra ele e a VPR.²²

Dessa forma, na medida em que os órgãos de segurança faziam a prisão de militantes da VPR, o cerco em torno de Lamarca e da organização se fechou, como demonstraram os documentos apreendidos em fevereiro de 1971, no Rio de Janeiro e enviados para o Rio Grande do Sul em outubro. Os papéis, produzidos pelo setor de inteligência da VPR, continham dados detalhados sobre o seu funcionamento como, por exemplo, a forma como obtinham informações para orientar as atividades do grupo, que eram retiradas principalmente de jornais, revistas, publicações especializadas, livros e na imprensa falada. Envolviam assuntos como o cenário brasileiro, o comportamento das classes dominantes e revolucionárias, do meio empresarial, clero, de personalidades em destaque, da imprensa, do setor financeiro e sobre as atividades do próprio aparelho repressivo. Após o recolhimento dessas informações, eram reunidas e analisadas pelo setor e

posteriormente encaminhadas aos outros militantes da organização.²³

Desse modo, através da análise dos documentos apreendidos e dos depoimentos dos militantes presos, os órgãos de segurança chegaram até Bona Garcia, que foi detido e encaminhado ao DOPS de Porto Alegre em outubro de 1970. O ambiente da delegacia, para o ex-militante, lembrava o matadouro de propriedade de sua família, no qual trabalhou durante a adolescência, com suas paredes manchadas de sangue, cheio de pessoas machucadas, com hematomas e ferimentos, espalhadas pelo chão ou encostadas nas paredes. Nesse local, assim como os demais presos políticos, passou por sessões de tortura que incluíam espancamentos, choques elétricos, agressões e sofrimentos psicológicos. Quem comandava a tortura era o próprio delegado do DOPS, Pedro Seelig, assessorado pelos torturadores Nilo Hervilha, o mais cruel e sádico e o major Átila Rohrsetzer, que era especialista em torturar mulheres. A tortura que faziam tinha como finalidade aniquilar a pessoa física e moralmente e a delegacia, para Bona Garcia:

O DOPS foi o sinônimo da miséria humana. Foi criando nas pessoas aquele sentimento de revolta, de revide. Era um mundo cão, onde tratavam os presos com voracidade, com requintada perversidade, gosto de torturar. Os torturadores são pessoas desequilibradas mentalmente, mas até hoje continuam em suas atividades, quando deveriam ir para um sanatório. São pessoas perigosas, como cães raivosos que um dia voltam a atacar.

²² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.2.1408.18.5, Carlos Lamarca, Ex-Capitão do Exército, Porto Alegre, 27 de abril de 1970.

²³ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.-. 106.2.1, "Inteligência Revolucionária", Porto Alegre, 04 de agosto de 1970.

As feras são mais dignas que gente assim.²⁴

Depois de um mês na delegacia do DOPS, Bona Garcia passou pelo presídio Central e foi encaminhado para o presídio da Ilha das Flores, que havia sido “organizado” para receber os presos políticos. A cela, a qual esteve, apresentava péssimas condições de higiene, uma vez que caracterizava um local pequeno, sem janela, úmido, que dividia com mais cinco pessoas. Apesar disso, Bona Garcia descreveu algumas experiências positivas desenvolvidas por ele e os seus companheiros durante esse período, entre as quais estava a organização de uma biblioteca, leitura e debates dos livros no coletivo, montagem de um programa de ginástica e de uma rede de solidariedade, sendo que cada um ensinava aos outros aquilo que sabia, fosse línguas, matemática, ou no caso de Bona Garcia, caratê. Além disso, os presos distribuía entre si a alimentação e os recursos que recebiam de suas famílias na prisão.²⁵

Bona Garcia permaneceu na prisão até janeiro de 1971, quando foi exilado com mais sessenta e nove presos políticos. A transferência para o Chile ocorreu porque os presos foram trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, o qual havia sido sequestrado no ano anterior pela VPR. As negociações com o governo militar em torno da saída dos presos para o exterior demorou quase um mês, no entanto, Bona Garcia não ficou sabendo do fato até ter sido retirado do presídio para assinar um documento em que declarava que sairia do país e perderia a cidadania brasileira. O período de maior tensão ocorreu quando os presos já estavam indo para o Chile, uma vez que durante a viagem o governo militar

poderia recuperar o embaixador e solicitar que o piloto do avião voltasse imediatamente ao Brasil.²⁶

Bona Garcia descreveu a sensação que teve ao partir para o exílio, como contraditória, pois misturava a alegria de estar livre depois de quase um ano preso com a incerteza da sua condição de “banido”, com o pesar de perder tudo que deixava para trás:

Uma viagem ao desconhecido, somente com o bilhete de ida. Nem turista, nem imigrante (...). Viagem sem lenço (roupa) nem documento. Um amontoado de desilusões, desesperos, incertezas, mas ao mesmo tempo de alegria, liberdade. Sensação do incógnito, aventura, de necessidade, emoções que raramente alguém vai passar. Por isso até hoje há certa cumplicidade entre os companheiros que viveram esse momento. Minutos que transformavam em horas. Mistura de prisão e liberdade, algemas e abraços, derrotas e vitórias, tristezas e alegrias, choros e risos, noite e alvorada, medo e aplausos.²⁷

No Chile, Bona Garcia e os outros presos políticos foram recebidos por um pequeno grupo de brasileiros que já estavam exilados naquele país, liderada por Thiago de Melo. Quando a multidão os avistou saindo do avião, ocorreu uma explosão de entusiasmo e muitas pessoas correram para abraçá-los, carregando bandeiras brasileiras e chilenas e cantando os hinos nacionais, num episódio que foi acompanhado e registrado por um grande número de jornalistas chilenos e estrangeiros.²⁸

Depois do desembarque no aeroporto, os exilados foram recebidos por uma representante do Ministério do Desenvolvimento Social Chileno que militava no Partido Radical, que os conduziu até o Hogar Pedro Aguirre Cerda.

²⁴ GARCIA; POSENATO, op. cit. p. 55.

²⁵ GARCIA; POSENATO, op. cit.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem, p.75.

²⁸ Idem, p.78.

A PERSEGUIÇÃO AO MILITANTE DA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR) JOÃO CARLOS BONA GARCIA NO BRASIL E NO CHILE: O TERROR SEM FRONTEIRAS

Assim, nas palavras de Bona Garcia, a recepção dos exilados no Chile foi resumida na seguinte frase: “a imprensa e o povo chileno nos receberam, os brasileiros banidos, como heróis e Allende nos recebeu como companheiros.”²⁹

O EXÍLIO DE JOÃO CARLOS BONA GARCIA NO CHILE: 1971-1973

No período que Bona Garcia chegou ao Chile, o país era governado pelo socialista Salvador Allende, que havia vencido as eleições para presidente em 1970, apoiado por uma coalizão de partidos conhecida como Unidade Popular (UP).³⁰ Já no seu programa de governo, a UP salientava que os maiores problemas enfrentados pelo Chile se relacionavam ao fato de que a oligarquia, enquanto classe dominante, havia se aliado ao imperialismo norte-americano para manter o monopólio das riquezas produzidas no país, impedindo que os recursos chegassem até a população, fomentando a manutenção de uma sociedade marcada pela desigualdade social. Para tentar reverter esse quadro, o governo de Allende pretendia interferir na estrutura econômica e dividir as propriedades em três áreas: social, privada e mista, sendo que na área social ficariam concentradas as empresas que seriam nacionalizadas, principalmente aquelas que controlavam a extração de cobre, ferro, estanho e de outros

setores considerados básicos para o desenvolvimento do país.³¹

Bona Garcia participou do governo de Salvador Allende, primeiro atuando num grupo de teatro chamado de “Los Saltomontes”, que integrava o movimento de renovação cultural chilena e tinha por finalidade organizar a população residente nas periferias de Valparaíso em torno das ideias e dos projetos culturais desenvolvidos pelos partidos da UP. As atividades artísticas no teatro resultaram num rico aprendizado para ele, que teve a oportunidade de entrar em contato com as ideias, os valores, as perspectivas, o sentimento nacionalista e o avançado grau de conscientização política da população chilena moradora das periferias. As atividades artísticas foram deixadas de lado em 1971 quando o grupo se incorporou aos mutirões populares organizados para reconstruir as casas destruídas na região durante o terremoto que abalou o Chile naquele ano. A respeito da experiência, Bona Garcia escreveu em suas memórias:

Eu fiquei comandando o pelotão das demolições. No meio do povo daquele morro eu comecei realmente a aprender o que era política e a fazer política. Naquele lugar de miséria extrema, de promiscuidade terrível, onde dormiam sete ou oito pessoas num mesmo quarto, com ausência total de qualquer conforto. Lá eu comecei a participar realmente, a me engajar com o povo. Também comecei a amar o povo chileno. Aqui se falava mal do pessoal do lado de lá da fronteira, considerados inferiores, beberrões, atrasados. Eu comecei a conhecer a riqueza daquela gente e que, pelo contrário, nós tínhamos muito a

²⁹ GARCIA; POSENATO, op. cit., p.78.

³⁰ A Unidade Popular (UP) era formada pelo Movimento de Ação Popular Unitário (MAPU), a Ação Popular Independente (API) e os Partidos Socialista, Radical, Comunista e Socialdemocrata. *PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR*, 17 de dezembro de 1969. Disponível em: <http://www.archivochile.com/entrada.html>, Centro de Estudos Miguel Enriquez (CEME). Acesso: 05 jul. 2012.

³¹ *PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR*, 17 de dezembro de 1969. Disponível em: <http://www.archivochile.com/entrada.html>, Centro de Estudos Miguel Enriquez (CEME). Acesso: 05 jul. 2012.

aprender com eles. O Chile é um país que tem história, com um movimento cultural notável, um povo magnífico.³²

Depois de Valparaíso, Bona Garcia foi para a província de Biobio trabalhar no acampamento de colonos sem terra, no entanto, suas atividades foram interrompidas com o golpe civil-militar desferido contra o governo de Salvador Allende em 11 de setembro de 1973. O golpe, além de fazer o ex-militante voltar a uma situação de insegurança, que já havia vivenciado no Brasil em anos anteriores, também marcou a derrota do projeto defendido pela UP que pretendia instalar um governo socialista no Chile. A tática adotada pela UP, de solicitar antes do golpe, que os trabalhadores ficassem dentro das fábricas se mostrou errônea, pois facilitou a repressão efetuada pelas Forças Armadas contra eles, que não tinham armas em número suficientes para realizar o confronto e resistir ao golpe. A esse respeito, Bona Garcia escreveu em suas memórias:

O Allende teve a nobreza de lutar até a morte. O povo, por maior vontade que tivesse, morto o Allende, cercada as fábricas, não tinha alternativa senão se render. Quase todos os líderes ou foram sumariamente mortos, ou encarcerados no Estádio Nacional, transformado em campo de concentração. Fuzilaram os oficiais favoráveis à Unidade Popular. Se, por acaso, as fábricas resistissem, também seriam bombardeadas. A direita estava disposta a fazer tudo o que fosse necessário para liquidar o governo Allende. Foi por isso que o próprio Allende, em seu último discurso, pediu ao povo que entendesse e não derramasse o seu sangue em vão.³³

Após o golpe, uma Junta Militar composta por integrantes do Exército, Marinha, Força Aérea e Carabineiros do

Chile assumiu o poder e deu início a uma fase de intensa repressão, em que os direitos civis e políticos da população foram negados e a violência atingiu, além de militantes vinculados a Unidade Popular ou outras organizações de esquerda, pessoas sem nenhum histórico de atividades políticas. A Junta Militar desconheceu a legitimidade das instituições democráticas e decretou o estado de sítio ou guerra interna, o fechamento do Congresso Nacional, a criação de campos de detenção e leis de fuga que propiciaram a ocorrência de torturas, assaltos a residências e populações, execuções extrajudiciais, mortes e desaparecimentos. A sociedade chilena foi conduzida a uma lógica militar baseada na necessidade de se combater o inimigo interno, que justificava determinadas atitudes, como a prática da “delação”, ou seja, a população era incentivada a denunciar para as autoridades qualquer indivíduo que apresentasse atitudes “suspeitas”.³⁴

Em suas memórias, Bona Garcia relatou que nessa fase pós-golpe a Junta Militar impôs o toque de recolher e passou a ter muitas dificuldades para conseguir alimentos, pois era muito perigoso caminhar pelas ruas de Santiago, sendo que só podia trocar produtos alimentícios com os vizinhos pelos fundos das residências, para não chamar a atenção da polícia, ou se dirigir até uma padaria perto de sua casa fora do horário de recolher. Em público, tinha que conversar o mínimo possível com sua esposa para não revelar o sotaque brasileiro porque as filas para aquisição de mantimentos eram vigiadas pelos órgãos de segurança chilenos, que realizavam na época uma campanha intensa para prender estrangeiros que estivessem residindo no

³² GARCIA; POSENATO, op. cit., p. 91.

³³ Idem, p. 129.

³⁴ BALLESTEROS, Elías Padilha. *La memoria y el olvido. Detenidos Desaparecidos en Chile*. Santiago: Orígenes Ediciones, 1995, p.13.

A PERSEGUIÇÃO AO MILITANTE DA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR) JOÃO CARLOS BONA GARCIA NO BRASIL E NO CHILE: O TERROR SEM FRONTEIRAS

país. No mês de outubro de 1973, Bona Garcia conseguiu que a sua família deixasse o Chile com o apoio de um padre brasileiro, mas permaneceu escondido até o dia em que, numa situação de sorte, conseguiu entrar na embaixada da Argentina.³⁵

No entanto, os estrangeiros que não conseguiram entrar nas embaixadas ou sair do país após o golpe foram presos e encaminhados, num primeiro momento ao Estádio do Chile e, no dia 14 de setembro, foram transportados de forma massiva para o Estádio Nacional, que tinha maior capacidade de receber o grande número de pessoas presas. Os detidos no Estádio Nacional estavam incomunicáveis com as pessoas alheias ao recinto e submetidos a um rigoroso e severo regime disciplinar.³⁶

Nesse local, os presos se encontravam divididos de acordo com o grau de importância política que as autoridades militares lhes davam e se dispõem de muitos antecedentes e indicam que muitos dos interrogatórios eram realizados por efetivos do Serviço de Inteligência do Exército. O testemunho de quem esteve detido no Estádio Nacional informou que as luzes ficavam sempre acesas e a alimentação era servida aos prisioneiros em horários diferenciados, para que eles perdessem o sentido do tempo. Do Estádio Nacional foram tirados alguns detidos que mais tarde foram executados e abandonados em via pública.³⁷

³⁵ GARCIA; POSENATO, op. cit.

³⁶ *INFORME DE LA COMISION NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACION. INFORME RETTIG*, p.116. Disponível em: http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html Acesso: 15 ago.2012.

³⁷ *INFORME DE LA COMISION NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACION. INFORME RETTIG*, p.116. Disponível em: http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html. Acesso: 15 ago.2012.

A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL (DSN)

O estabelecimento de ditaduras civil-militares no Brasil (1964), Uruguai (1973), Chile (1973) e Argentina (1976), mesmo que guardando particularidades entre si, integravam um processo mais amplo, cuja espinha dorsal se encontrava na própria composição da sociedade local, dividida entre uma classe dominante e os demais setores da população, historicamente marginalizados pelas profundas desigualdades e injustiças sociais. Esse modelo de sociedade excludente provocava grandes tensões e conflitos sociais permanentes, que eclodiram com mais força nesse período, motivados pelo impacto político da Revolução Cubana (1959) e, no contexto internacional, pela Guerra Fria.³⁸

A Revolução Cubana abriu novas perspectivas para a esquerda latino-americana porque apresentava uma alternativa ao modelo socialista da União Soviética e da China, atraindo os grupos que desejavam efetuar mudanças estruturais nessas sociedades, marcadas pela marginalização social. O modelo cubano impulsionou muitos atores políticos, entre os quais estavam os dirigentes sindicais, os padres e os estudantes que assumiram suas preocupações com os problemas sociais da população e se mobilizaram para lutar por mudanças profundas, reformas de caráter estrutural ou projetos revolucionários. Para esses grupos: “A Revolução Cubana gerou, sem dúvida, uma expectativa de futuro diferente daquela das gerações anteriores, ou seja, um futuro possível de ser construído

³⁸ BALLESTEROS, Elías Padilha. *La memoria y el olvido. Detenidos Desaparecidos en Chile*. Santiago: Orígenes Ediciones, 1995.

com voluntarismo e ação política, com participação, mobilização e organização”.³⁹

Na avaliação de Ballesteros, as condições de enfrentamento surgiram com a dependência econômica imposta pelas metrópoles imperialistas aos países latino-americanos, que beneficiavam alguns grupos locais, mas não resolviam os problemas dos setores marginalizados da população. No decorrer da década de 1960, as estratégias adotadas pelos setores dominantes não foram suficientes para impedir a ascensão dos movimentos sociais e a saída encontrada por esses grupos, na tentativa de manterem seus privilégios, foi recorrer a um novo tipo de repressão, tida como mais eficiente no combate aos conflitos sociais e a “subversão”. A estratégia para esse novo tipo de guerra, onde o inimigo a ser combatido se encontrava em território nacional baseou-se na Doutrina de Segurança Nacional (DSN).⁴⁰

A DSN era uma espécie de “esqueleto teórico”, que baseava suas prerrogativas na Guerra Fria e na existência de um conflito permanente entre dois mundos inimigos: mundo comunista e bárbaro, representado pela União Soviética, em oposição ao mundo livre, ocidental e capitalista, representado pelos Estados Unidos. De acordo com a doutrina, os países latino-americanos deveriam se colocar ao lado dos norte-americanos para formar um bloco aliado, cujo principal objetivo era combater o “avanço comunista” no continente, ideia disseminada para as Forças Armadas locais através das suas Academias e Escolas de Guerra. No suporte teórico da

DSN eram trabalhados conceitos como o de bipolaridade e geopolítica, que delimitavam as zonas de influência local e a necessidade de se combater o inimigo interno, visto que na sua interpretação o “Estado e a Nação eram organismos vivos passíveis de contaminação pelo vírus comunista (o que, por sua vez justifica um virulento anticomunismo)”.⁴¹

A DSN rejeitava a ideia de que a sociedade se dividia em classes sociais e que existiam conflitos entre elas, pois isso entrava em choque com a “noção de unidade política” difundida pela doutrina, pois de acordo com suas premissas, o cidadão só se realizava enquanto indivíduo ao tomar consciência do seu pertencimento à nação, e que esta comunidade “coesa” era a única capaz de atender e satisfazer as duas demandas. Nesse sentido, qualquer entendimento que apontasse à existência de antagonismos sociais ou questionamentos, como era o caso das manifestações por melhorias salariais e nos sistema educacional, poderia tornar explícito o interesse da classe dirigente em conter a mobilização popular, tornando-se nociva “aos interesses da nação e, portanto, deveriam ser combatida como tal”.⁴²

A flexibilidade da DSN ao conceituar o “inimigo interno” permitia a inclusão permanente de “indivíduos alvos” no esquema repressivo montado pelas

³⁹ PADRÓS, Enrique Serra (Org.). Segurança Nacional. In: *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: 1964-1985. História e Memória*. Vol.3. Porto Alegre: Corag, 2009, p.51.

⁴⁰ BALLESTEROS, Elías Padilha. *La memoria y el olvido. Detenidos Desaparecidos en Chile*. Santiago: Orígenes Ediciones, 1995, p.31.

⁴¹ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 2 t, p.185.

⁴² PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 2 t, p.54.

A PERSEGUIÇÃO AO MILITANTE DA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR) JOÃO CARLOS BONA GARCIA NO BRASIL E NO CHILE: O TERROR SEM FRONTEIRAS

ditaduras. Em razão disso, o esquema repressivo atingiu além das pessoas que participavam ativamente da luta armada, indivíduos que de alguma forma eram identificados como “comunistas”, entre os quais estavam os membros de partidos políticos, os sindicalistas, os estudantes, os padres progressistas, os artistas e os simpatizantes de movimentos de contestação. Assim, os governos militares utilizaram o combate ao comunismo para justificar todas as “medidas de exceção” adotadas durante o período em que vigoraram essas ditaduras, pois a identificação de um inimigo que agia em território nacional mantinha a coesão daqueles que se sentiam ameaçados com o avanço de projetos radicais, que utilizaram a repressão e a militarização sobre a sociedade com a finalidade de promover a despolitização social.⁴³

O TERRORISMO DE ESTADO E A PERSEGUIÇÃO SEM FRONTEIRAS

Na avaliação de Padrós, a aplicação de medidas repressivas pelos aparelhos de segurança estatais contra os “inimigos internos” propiciou o surgimento de uma “cultura do medo”, responsável por enquadrar a população dentro de um determinando padrão de comportamento, o qual não permitia a abertura de espaços para a contestação. Esse fato resultou, observando as particularidades de cada país latino-americano, num imobilismo popular. Assim, durante o período em que vigorou as

⁴³PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 2 t, p.186.

ditaduras de Segurança Nacional, o Estado, ao invés de garantir a segurança da população, utilizou seu aparato institucional para coibir as ações dos grupos de oposição e, baseando suas práticas na DSN, não teve preocupação em extrapolar os limites coercitivos constitucionais, que desencadeou práticas e as ações que acabaram configurando em um sistema de Terror de Estado (TDE).⁴⁴

Na prática, a aplicação do terrorismo na América Latina fez com que os indivíduos considerados “subversivos” fossem perseguidos além do território de seus países de origem, pois os limites da repressão passaram a ser delimitados pelas “fronteiras ideológicas”, ou seja, o comunismo devia ser combatido onde estivesse, fosse o local de trabalho, um templo religioso ou mesmo fora das fronteiras nacionais. Desse modo, o braço da violência estatal atingiu o interior das embaixadas, as fronteiras vizinhas e os territórios de outros países, que culminaram com a criação de uma rede de repressão que envolveu vários países conhecida como “Operação Condor, que atingiu a comunidade de exilados e foram ameaçados, perseguidos, infiltrados e, no caso temático da Argentina, brutalmente atingidos”.⁴⁵

⁴⁴PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 2 t, p. 59.

⁴⁵PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 2 t, p. 36.

O caso de Bona Garcia exemplifica a forma como ocorreu à aplicação do TDE e a perseguição às pessoas consideradas “subversivas” além das fronteiras nacionais, porque em razão de suas atividades políticas, ele foi preso e torturado pelo aparelho repressivo ditatorial brasileiro e só conseguiu a sua libertação porque foi trocado pelo embaixador suíço e partiu para o exílio no Chile. Nesse período, Bona Garcia viveu uma fase relativamente tranquila e teve a oportunidade de trabalhar em alguns projetos políticos desenvolvidos pela UP, mas suas atividades foram interrompidas pelo golpe civil-militar que acabou com o governo constitucional de Salvador Allende, em setembro de 1973. Após o golpe, uma das primeiras medidas decretadas pela Junta Militar que assumiu o poder no Chile, foi determinar que os órgãos de segurança localizassem e prendessem todos os estrangeiros residentes naquele país, fazendo com que Bona Garcia fosse perseguido por militares e policiais chilenos e tivesse que deixar o país via embaixada da Argentina.

No período em que permaneceu na Argentina, Bona Garcia não ficou isento da perseguição política, porque um militante da VPR, o ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul conhecido como “Alberi”, tentou persuadi-lo a acompanhar um grupo que se organizava para retornar ao Brasil e dar prosseguimento à luta armada, e afirmava que tinha meios para obter documentos falsos que seriam utilizados durante a travessia pela região de fronteira. Ele desconfiou da proposta porque Alberi era ligado a Onofre Pinto e este ao cabo Anselmo, que segundo informações recebidas de outros militantes da organização, estava trabalhando para os órgãos de repressão brasileiros e resolveu não acompanhar o grupo. Os militantes da VPR que voltaram ao país com Onofre Pinto

foram apanhados na região de fronteira e fuzilados sumariamente por militares brasileiros, sem qualquer julgamento. A respeito desse episódio, Bona Garcia escreveu o seguinte:

Ele chegou com ideias extravagantes: queria arregimentar todos para voltarem ao Brasil ao Brasil para a continuação da luta armada. Tinha maneiras para conseguir passaportes, carteiras de identidade, esquemas. Fiquei desconfiado, era muita facilidade. O jeito dele também me parecia estranho. Um dia ele marcou um encontro comigo num lugar onde já estava esperando um grupo de peronistas que também desconfiava do Alberi. Quando eu cheguei, me tomaram por ele e queriam me matar. A muito custo consegui me explicar. O sargento Alberi me usou como isca. (...). Eu sentia a situação cada vez mais difícil. Duas pessoas já tinham desaparecido, inclusive o João Batista Rita, meu companheiro de quarto, foi sequestrado. Tratei de sair de lá o quanto antes.⁴⁶

O caso desse grupo de militantes da VPR que desapareceu durante a travessia pela região de fronteira entre o Brasil e a Argentina continua sem respostas dos órgãos oficiais brasileiros, mesmo depois que os parentes do argentino Enrique Ruggia, que também acompanhava o grupo, solicitaram ao presidente da República, Itamar Franco, no ano de 1993, a entrega de documentos produzidos nos órgãos de segurança de brasileiros que mencionassem Onofre Pinto. O Centro de Informações do Exército (CIE) forneceu o relatório afirmando que não constava nenhuma informação envolvendo o militante nos arquivos da entidade, mas documentos descobertos no DOPS/RS comprovam que os órgãos de segurança faziam o acompanhamento da movimentação do

⁴⁶ GARCIA; POSENATO, op. cit., p.146-147.

A PERSEGUIÇÃO AO MILITANTE DA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR) JOÃO CARLOS BONA GARCIA NO BRASIL E NO CHILE: O TERROR SEM FRONTEIRAS

grupo na Argentina, enquanto se preparavam para voltar ao país.⁴⁷

No primeiro documento, produzido em junho de 1974 e encaminhado à rede de informações, o Chefe do Estado-Maior do III Exército, general Mário Humberto Galvão Carneiro da Cunha, com dados originários do CIE, solicitava informações sobre a captura de Onofre Pinto, que voltava para uma importante “*Missão no Brasil*”, que supostamente, seria assassinar o delegado do DOPS/SP, Sérgio Paranhos Fleury e um oficial do Exército não identificado. Outro documento pedia a prisão de Daniel de Carvalho e do seu irmão, Joel José de Carvalho, que também acompanhavam o grupo de Onofre Pinto, a revelação e a admissão oficial: *Em 1974, fez parte de um grupo de refugiados brasileiros que entraram clandestinamente no País, determinados a desenvolver atividades de guerrilha rural.* As contradições sobre o desaparecimento dos seis guerrilheiros da VPR que vinham da Argentina serão provas importantes para a família de Enrique Ruggia, empenhada em descobrir informações sobre o desaparecimento do militante argentino na região de fronteira entre a Argentina e o Brasil.⁴⁸

A troca de informações entre as Forças Armadas latino-americanas tinha como finalidade eliminar integrantes de organizações de esquerda armada e também opositores políticos e se oficializou em 1975, com a criação da Operação Condor liderada pelo general Augusto Pinochet. Segundo o general Pinochet, o “inimigo”

agia também em âmbito internacional e um plano nas mesmas proporções e de caráter clandestino deveria ser montado para derrotá-los. Com essa finalidade, Pinochet reuniu os governos militares do Uruguai, Paraguai, Bolívia, Brasil e Argentina e formando um sistema repressivo clandestino transnacional, que ficou conhecida como “Operação Condor”. A ideia era fazer com que os Serviços de Segurança reunissem forças para perseguir e capturar terroristas de todas as nacionalidades, onde quer que estivessem. Assim, atingiu além de pessoas que estavam exiladas na região, a comunidade de exilados que residiam nos Estados Unidos e na Europa, porque a estratégia do Condor foi alargada com a finalidade de aniquilar todos os opositores políticos, alcançando também líderes militares e políticos civis determinados a restaurar o governo constitucional.⁴⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas demonstram que mesmo depois de exilados em outros países, as atividades dos brasileiros considerados inimigos internos continuavam sendo monitoradas pelos órgãos de segurança, ou seja, os aparelhos repressivos desses países já trocavam informações entre si sobre militantes, organizações de esquerda e qualquer pessoa considerada “subversiva”, no início da década de 1970, mesmo que a “Operação Condor” tenha se “oficializado” apenas em 1975, no Chile.

Assim, o fato de João Carlos Bona Garcia ter saído da prisão brasileira, onde foi alvo de torturas físicas e psicológicas e

⁴⁷ Jornal do Brasil. *Exército ocultou fato de Itamar*. 22 de maio de 2000. Disponível no Acervo da Vicaría de La Solidaridad, Santiago, Chile, 2012, p.21.

⁴⁸ Jornal do Brasil. *Exército ocultou fato de Itamar*. 22 de maio de 2000. Disponível no Acervo da Vicaría de La Solidaridad, Santiago, Chile, 2012, p.21.

⁴⁹ DINGES, John. *Os Anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 21.

ter se exilado no Chile em 1971, quando trocado junto com outros prisioneiros políticos pelo embaixador suíço, não impediu que dois anos mais tarde, ele se tornasse novamente vítima de perseguição, depois que um golpe depôs Salvador Allende, em setembro de 1973. Do Chile, veio para a Argentina, onde também foi alvo de uma tentativa de sequestro e teve que procurar asilo político na Argélia.

Portanto, concluiu-se que durante o período em que vigoraram ditaduras civis-militares na América Latina, o fato de cruzar as fronteiras territoriais de um país para o outro não significava que a pessoa estivesse em segurança e a salvo da violência, pois nesse período os aparelhos repressivos faziam intercâmbio de informações com o objetivo de atingir os seus inimigos independente do local que estivessem, o que caracterizou a aplicação do TDE, mesmo que guardando particularidades em cada contexto histórico, no Brasil, Chile e nos demais países da região.

Recebido em: 27/11/2012

Aceito em: 19/02/2013